



Estradas de Portugal, S.A.

## OBJETO SOCIAL

A EP – Estradas de Portugal, S.A tem por objeto o financiamento, a conservação, a exploração, a requalificação e o alargamento das vias que integram a Rede Rodoviária Nacional, e ainda a conceção, projeto, construção, financiamento, conservação, exploração, requalificação e alargamento das vias que integram a Rede Rodoviária Nacional Futura.

## DESEMPENHO ECONÓMICO

Os proveitos da EP apresentam em 2013 um decréscimo face aos anos anteriores em consequência do ciclo de exploração em que se encontra o contrato de concessão da EP, caracterizado até meados de 2012 por uma intensa atividade de construção, nomeadamente por via das subconcessões, e que se encontra agora numa fase de exploração inicial, caracterizada por uma reduzida capacidade de arrecadação de receitas e um peso crescente dos encargos financeiros não capitalizáveis.

O principal proveito da EP até 2012 resultava dos contratos de construção, em especial dos referentes a subconcessões e da respetiva capitalização de encargos financeiros, tendo em 2013 deixado de ser a principal receita em resultado da fase final em que se encontra a construção das subconcessões, tendo estes proveitos referentes a construção e capitalização de encargos financeiros ascendido a 1.356m€, 939M€ e 342M€ para os anos de 2011, 2012 e 2013 respetivamente. De notar em 2013, o aumento dos proveitos de portagens que passaram de 133M€ em 2011 e 212M€ em 2012 para 240M€ em 2013.

De referir que o ciclo da Concessão da EP é ainda caracterizado por um forte investimento tendo sido efetuados pagamentos de cerca de 639M€ em 2013 (742M€ em 2012), principalmente em Concessões do Estado, o que tem subjacentes necessidades de financiamento significativas. Em 2013, o endividamento líquido da EP aumentou em cerca de 266M€.

Devido às condições dos mercados financeiros, as necessidades de financiamento da EP foram supridas com recurso a suprimentos do acionista Estado, tendo-se verificado um aumento de capital de 8.990m€ no mês de dezembro. Adicionalmente a EP recebeu, em 2013, cerca de 6M€ de subsídios ao investimento de fundos comunitários, comparativamente com os 31M€ recebidos em 2012.

## PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS - NA

### Mandato Órgãos Sociais

2012-2014: Mesa da Assembleia Geral: Presidente: Paulo Manuel Marques Fernandes; Vice-Presidente: Paulo Miguel Garcês Ventura; Secretária: Maria Fernanda Martins.

(\*) Conselho de Administração: Presidente: António Manuel Palma Ramalho; Vice-Presidente: José Serrano Gordo; Vogais: José Luis Ribeiro dos Santos; Alberto Manuel de Almeida Diogo; Vanda Cristina Loureiro Soares Nogueira; José Carlos de Abreu e Couto Osório; Adriano Rafael de Sousa Moreira.

2012-2014: Conselho Fiscal: Presidente: Elsa Maria Roncon Santos, Vogais: William Hall Woolston, Bernardo Xavier Alabaça; Suplente: Teresa Isabel Carvalho Costa.

Revisor Oficial de Contas: Esteves, Pinho & Associados, SROC, Lda., representada por Rui Manuel Correia de Pinho.

Estrutura accionista	2012	2013
Total do Capital Social	464.000	472.990
Cap. Social detido pelo Estado %	100	100
Situação Patrimonial	2012	2013
Ativo Corrente	752.832	881.419
Ativo Não Corrente	18.256.558	18.839.308
<b>Total Ativo</b>	<b>19.009.390</b>	<b>19.720.727</b>
<b>Capital Próprio</b>	<b>949.183</b>	<b>972.937</b>
Interesses Minoritários	N/A	N/A
<b>Passivo</b>	<b>18.060.207</b>	<b>18.747.790</b>
Total CP+Int.Min.+Passivo	19.009.390	19.720.727
Atividade Económica	2012	2013
Resultado Operacional	365.599	350.702
<b>Resultado Líquido</b>	<b>36.688</b>	<b>14.764</b>
<b>EBITDA*</b>	<b>533.260</b>	<b>502.980</b>
Rendimentos de Exploração	1.673.070	1.100.003
Gastos com pessoal	33.498	34.691
VABcf	367.862	350.702
Nº médio de trabalhadores	1.176	1.087
VABcf per capita	313	323
Situação Financeira	2012	2013
Fluxos das atividades operacionais	402.027	469.681
Fluxos das atividades de investimento	-708.215	-629.670
Fluxos das atividades de financiamento	362.655	145.893
Varição de caixa e seus equivalentes	56.468	-14.096
Rácios de Estrutura	2012	2013
Autonomia Financeira	0,05	0,05
Solvabilidade	0,05	0,05
Endividamento	0,95	0,95
Endividamento Remunerado	0,16	0,17
Rentabilidade dos Capitais Próprios	0,08	0,03

(\*) Nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 160/2014, de 29 de outubro o mandato dos administradores designados cessa com a extinção da REFER, E.P.E., e da EP — Estradas de Portugal, S.A., por fusão numa entidade empresarial a criar nos termos do Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas, ou no prazo de três anos, se aquela fusão se não tiver entretanto concluído.